

**Memórias sobre desafios sócio-ambientais e técnicas agrícolas  
na antiga Comarca de Ilhéus, 1789-1808.**

DANIEL MAURO SOUZA LEMOS\*

A Europa, do século XVIII foi palco de diversas transformações culturais, científicas e políticas. Portugal, neste mesmo período, foi envolto com ideais iluministas. E, querendo se afastar da escolástica medieval e se recuperar economicamente inseriu-se nesse novo ensejo político-econômico europeu. Estes novos ideais foram codificados pelos governantes portugueses como uma visão racional e utilitarista de ciência, um corolário de propostas a serem aplicadas em melhorias dos processos produtivos e na proteção do bem público (DIAS, 1968: 73).

Logo, Portugal introduziu um adágio iluminista em sua Universidade, porém, mais brando que o francês. Domenico Vandelli, representante do iluminismo italiano, foi encarregado para reformar a Universidade de Coimbra a convite do Marquês de Pombal. Nesse processo, formaram-se duas gerações de homens naquela Instituição e alguns desses homens eram oriundos de terras brasileiras (KURI, 2004:14).

Analisando o discurso desses brasileiros, que se formaram na Universidade de Coimbra reformada, é possível ver que eles buscavam uma utilização racional dos bens da Coroa e não admitiam nenhuma forma de exploração irregular das terras e dos recursos naturais. E foi esse o motivo que levou Portugal a reformar a Universidade de Coimbra, pois havia a necessidade de formar funcionários para a Coroa que tivessem uma formação científica e administrativa, e muitos desses funcionários, ex-alunos coimbrões, vieram para inspecionar as terras do Brasil.

Nesse período, foi reafirmado o estímulo para expedições científicas que levassem para Portugal o conhecimento de espécies com importância econômica, pois ajudaria a selecionar produtos rentáveis à exportação e a melhoraria das técnicas agrícolas. Era de interesse de Portugal conhecer o potencial de suas terras, logo, proporcionar este conhecimento era uma das principais incumbências dos funcionários ilustrados que escreviam sobre as terras coloniais (PÁDUA, 2004: 71).

---

\* Mestrando pelo PRODEMA- Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade Estadual de Santa Cruz-BA. Bolsista CAPES.

Seguindo essa linha de conhecimento sobre o Brasil, também foi praxe a importação de espécies exóticas ao ambiente tropical. Faziam-se experiências com as espécies que tinham potencial econômico. O sucesso dessa intervenção na agricultura dependia do conhecimento e da dedicação dos administradores desses terrenos e, obviamente, à adaptação de tais espécies às condições ambientais do Brasil. Uma admirável experiência foi a criação do jardim botânico em Belém, no governo de Francisco Maurício de Souza Coutinho (KURI. 2004:02).

### **1. Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá**

Tendo feita essa ressalva sobre o caráter geral da formação e das práticas administrativas e discursivas dos luso-brasileiros formados na Coimbra reformada, iniciarei agora um incursão na vida de Manoel Ferreira da Câmara. Nascido na cidade de Santo Antônio de Itacambira, no estado de Minas Gerais, no ano de 1764. Ainda moço, com 19 anos, foi para Portugal, para estudar na Universidade de Coimbra.

Seguindo o pensamento da época, e buscando um curso que fosse bem aproveitado no Brasil, escolheu o curso de Leis, e logo após também se matriculou em Filosofia Natural, curso criado no governo de Pombal, junto com a reforma da Universidade (VARELA, s/d: 301).

Manoel Ferreira da Câmara se destacou em Coimbra. Três anos após sua entrada na Universidade já se formou bacharel em Leis e Filosofia, no ano de 1787. A ilustração trazida por Pombal e Vandelli fomentou idéias dentro do reino e isso fez com que Ferreira da Câmara pudesse ter acesso a leituras privilegiadas (VARELA, s/d: 301).

Após o término dos seus estudos dentro da Universidade, Manoel Ferreira da Câmara foi eleito membro da Academia Real das Ciências de Lisboa. Sua entrada neste seleto grupo, em 1789, foi fundamental para sua formação como naturalista. Manoel F. da Câmara ganhou uma bolsa e partiu em uma “viagem filosófica”<sup>1</sup> pela Europa, tendo como companheiros personagens como José Bonifácio de Andrada e Silva e Joaquim Fragoso (VARELA, s/d: 302).

---

<sup>1</sup> Como explica Ramanelli (1998:157) “no século XVIII, os sábios europeus desejaram realizar um inventário do mundo. Para tanto, percorreram os mares e terras munidos de livros e de diversos instrumentos. Recolhiam plantas, animais, fósseis, minerais e enviavam para os países de origem”. As jornadas chamadas de viagens filosóficas, também atendiam a anseios econômicos, visto que, exploravam as regiões fazendo um levantamento sobre os potenciais econômicos do meio natural.

Manoel F. da Câmara acabou, em 1797, sendo enviado para o Brasil, para a região de Minas Gerais, desempenhando a função de Intendente Geral das Minas na Capitania de Minas Gerais e Serro Frio. Ele já denunciava, nesta época, a presença de minas de cobre na região de Cairú na comarca de Ilhéus, onde estabeleceu uma propriedade e escreveu a memória que será analisada.

Já em Salvador, ele recebe a incumbência do ministro Sousa Coutinho, para ajudar no desenvolvimento da Comarca de Ilhéus. Entre outras funções, ele ficava responsável por procurar minas, melhorar os caminhos que ligavam as vilas, fazer aclimatação de novas espécies e animar as populações à adoção de novas tecnologias agrícola-extrativistas.

A figura de Manoel F. da Câmara torna-se essencial para entendermos o processo de releitura da exploração colonial dos recursos naturais. Manoel F. da Câmara se preocupou com as questões de desenvolvimento e modernização da Bahia, oferecendo opções dentro do potencial agrícola e silvestre da mesma região, assim, como veremos num resumo de sua memória “Ensaio de Descrição Física e Econômica da Comarca dos Ilhéus na América”. (1789).

### **1.1 Ensaio de Descrição Física e Econômica da Comarca dos Ilhéus na América**

Um documento vastíssimo de informações que se debruçam nas observações da agricultura, comércio e navegação, e como estas deveriam sofrer melhoramentos, para que pudessem ser úteis e darem vantagens ao estado. O desejo que o autor demonstra é que sua memória tivesse serventia para a nação, e denuncia que talvez aquela memória fosse insuficiente para apontar os problemas que existiam (SÁ. 1789: 02).

O autor inicia o documento dando os limites físicos da comarca, que, segundo o mesmo, iria da região de Cairú à comarca de Porto Seguro. A segunda parte da memória trata da condição da agricultura e do comércio. Apesar de a região apresentar um clima irregular, o autor apresenta o lugar como de excelente fertilidade. Destaca, ainda, alguns ramos agrícolas em potencial que se encontravam em descaso, como o cacau e o café, além de realçar outros produtos que poderiam servir para o aumento da renda, como o tabaco. Mas, segundo o autor, os moradores pareciam estar conformados com a cultura do arroz e da mandioca (SÁ, op. Cit, p. 06).

Por último, o autor retrata as técnicas rudimentares de corte de madeira e aponta o proveito que poderia ser ganho com a conservação dos cortes e a renovação das técnicas envolvidas no processo, como também o desmazelo que abarcava a preparação das roças de mandioca, assim como o preparo do açúcar. Essas reflexões são importantíssimas para a constituição do nosso trabalho, já que a todo o momento o autor tenta racionalizar a exploração dos recursos e empregar novas técnicas produtivas.

## **2. Baltasar da Silva Lisboa**

Uma figura excepcional para o entendimento do pensamento científico e político da época foi Baltasar da Silva Lisboa. Um funcionário intransigente que defendeu seu cargo e seus posicionamentos em momentos extremamente perigosos para si. Também propôs inovações, como técnicas racionais, para um uso coerente do meio natural. Baltasar da Silva Lisboa nasceu em 6 de janeiro de 1761 na Bahia, onde ficou até os 14 anos, quando terminou os seus estudos primários. Em 1775, tendo seus estudos financiados pelo bispo Francisco de Lemos Pereira Coutinho, parte para Portugal a fim de estudar na Universidade de Coimbra. Passados treze anos, em 1783, Baltasar da Silva Lisboa já estava graduado doutor em direito civil e canônico (BLAKE, 1883: 376-378).

Formando-se doutor, Baltasar da Silva Lisboa voltou ao Brasil e foi residir na cidade do Rio de Janeiro, com o cargo de juiz de fora. Logo em sua chegada como juiz de fora teve sua primeira contenda com o conde de Resende, na época, vice-rei. De modo que, sendo substituído do cargo de juiz de fora, retornou a Portugal.

Novamente retornou ao Brasil, agora no cargo de ouvidor da comarca de Ilhéus e juiz conservador das matas na mesma comarca. É neste cargo que Silva Lisboa vai produzir as memórias que serão alvo neste estudo. No papel de juiz conservador, aprofunda-se nos estudos da técnica de corte da madeira, na manutenção das matas e de suas populações nativas.

Dentro de sua função de juiz conservador das matas de Ilhéus, Silva Lisboa procurou desenvolver trabalhos intencionados na preservação dos recursos naturais, para que estes se tornassem cada vez mais úteis ao Império. A natureza, em si, não era uma preocupação do pensamento conservacionista, mas sim o seu potencial. O melhoramento do potencial natural passava pela criação de jardins botânicos, os quais

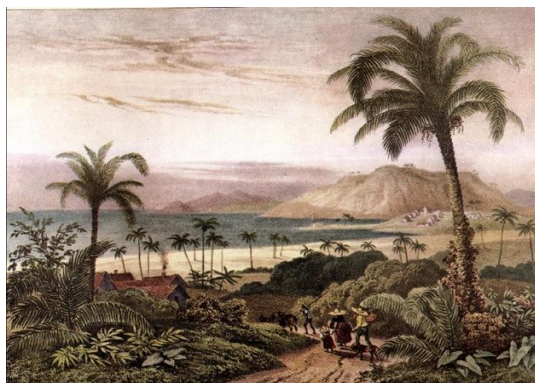
serviam para experimentação de novas espécies no ambiente tropical, como também pelo melhoramento de técnicas já existentes no corte da madeira e nas práticas agrícolas.

### **2.1 Memória topográfica e econômica da comarca dos Ilhéus.**

Escolhi essa memória de Baltasar da Silva Lisboa pelo seu caráter emblemático das características gerais do pensamento desse ilustrado. Encontrei uma síntese dos conteúdos de quase todas as memórias, tanto na atitude de análise sobre o meio natural, como na discussão político-administrativa. A partir da “Memória topográfica e econômica da comarca dos Ilhéus” pude ligar todo arcabouço teórico que Baltasar usou para desenvolver suas políticas de defesa, bem como a sua visão de desenvolvimento, a partir de um racionalismo utilitarista científico em voga.

A memória está dividida em oito capítulos correspondentes a descrição das principais vilas da comarca, tendo seus dois primeiros capítulos dedicados a Comarca como um todo e à sua sede, a vila de São Jorge dos Ilhéus. E, o último capítulo, à vila de Cairú. No fim do documento aparecem nove notas, que ajudam o leitor a entender algumas dificuldades econômicas, administrativas e pessoais de Baltasar da Silva Lisboa, além de dar indicativos de correspondências que o autor mantém com algumas autoridades. Há, também, uma errata que o autor intitulou como “observação”.

Como o próprio nome do documento indica, a análise topográfica de Baltasar da Silva Lisboa é extremamente minuciosa, mas de maneira alguma penosa, pois o autor faz vários comentários que nos aguça a imaginação. Apresenta com muita sensibilidade a descrição dos ambientes que o cercavam, como no exemplo a seguir, no qual descreve a vila de São Jorge dos Ilhéus. “É fundada a vila em uma baixa de engraçada varjaria a borda do mar, rodeada de coqueirais, que forma uma vista sumamente agradável”. Essa descrição nos remete a esta gravura:



**Figure 1 BiCHEBOIS, Alphonse. Colonie Européenne près de Ilhéos, In Viagem pitoresca através do Brasil. Biblioteca Nacional. 1835.**

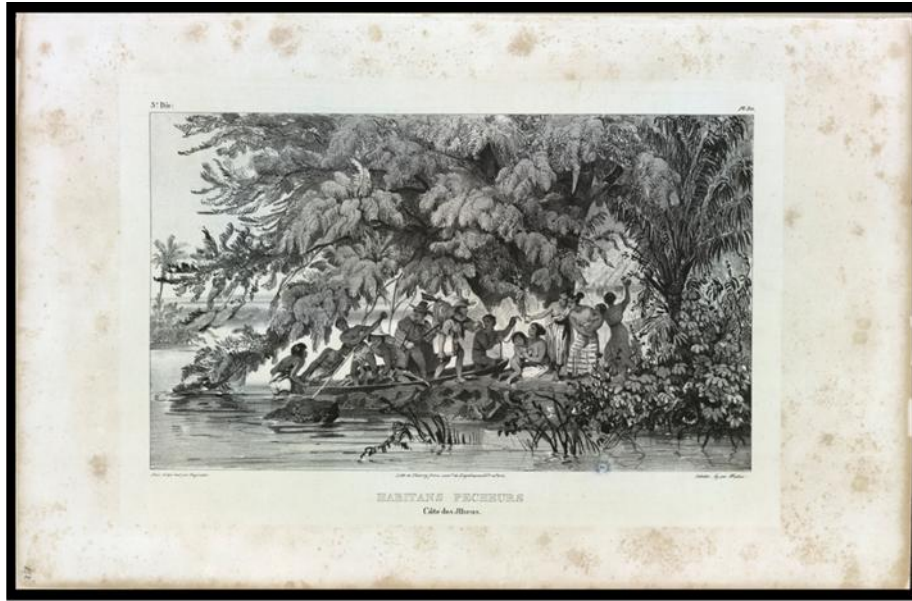
[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon94994/icon94994\\_148.htm](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon94994/icon94994_148.htm)

Baltasar da Silva Lisboa não deixou de relatar, em seus escritos, o modo de viver dos habitantes. Na memória encontram-se descrições minuciosas do cotidiano dessa população, que parecia, aos olhos de Baltasar “nem ainda [tocar] nos primeiros passos da civilização”, e justifica que “as suas faculdades, os seus sentimentos e os seus desejos são inteiramente apropriados à sua situação” (LISBOA. 1835: 101.).

Em uma descrição detalhada do modo de vida da população local, Baltasar da Silva Lisboa relata:

*Sem nenhuma educação civil; e por isso não encontram alguns objetos de prazer, se não naqueles, a que estão acostumados, caça, pesca, a lavoura da mandioca[...]. As suas necessidades são com muito pouco custos satisfeitas, porque eles privadamente andam quase nus, em fraldas de camisa [...], as suas mulheres andam quase nuas se deixam ver no público, pois que com ricas capas de seda sobre a cabeça, ou nos ombros descobrem debaixo do véu de uma camisa de cassa transparente todo o seio, andam descalças[...]* (LISBOA. 1835: 102)

A gravura de Sabatier, “Habitantes pescadores da costa Ilhéus”, expressa bem os escritos de Baltasar da Silva Lisboa. Na figura podemos ver a chegada de pescadores/caçadores numa entrada de mangue. As suas vestimentas como as das mulheres que os esperam, condizem com as descrições de Baltasar da Silva Lisboa, além de mostrar a prática da pesca como uma das principais fontes de alimentação e também de renda, como é o caso da pesca mercantil.



**Figure 2 SABATIER. Habitans pecheurs : côte des ilheos. [Habitantes pescadores: costa dos Ilhéus]. In Viagem pitoresca através do Brasil. Biblioteca Nacional (Brasil). 1835. [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon94994/icon94994\\_154.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon94994/icon94994_154.jpg)**

O nosso objetivo de colocar o leitor a parte desse tema, recorrentes às populações nativas, é para justificar o posicionamento de Baltasar da Silva Lisboa sobre essas populações descritas como desprovidas de ciência, e esse era o principal motivo que as levaria a praticar um modo de subsistência nocivo ao meio natural, e com isso o desmatamento, as queimadas e a pesca irregular serão temas recorrentes durante toda a memória. Mas, deixemos para o item as críticas, bem como as propostas para aproveitamento das potencialidades desta Comarca, na visão de Baltasar da Silva Lisboa.

### **3. Domingos Alvez Branco Muniz Barreto**

Domingos A. B. Muniz Barreto nasceu na Bahia, mas em data imprecisa. Atuou em duas regiões: na comarca de Ilhéus e na capitania de São Pedro do Rio Grande. Entre estes dois territórios produziu documentos, os quais permitem qualificá-lo como naturalista, mesmo não tendo informação de sua formação acadêmica. Pelos seus escritos, demonstra que era um grande entusiasta sobre a pesquisa do meio ambiente. Mesmo não podendo o considerar um ilustrado, já que ele não teve uma formação na universidade de Coimbra, é possível perceber que este homem teve contato com escritos que vieram a influenciá-lo a escrever sobre o meio natural. Domingos A. B. Muniz Barreto faleceu na província do Rio de Janeiro, em 1831 (PEREIRA. 2009:71).

### **3.1 Memória Sobre os Cortes de Madeiras de Construção na Comarca de S. Jorge dos Ilhéus Pertencentes a Capitania da Bahia.**

Este documento foi escrito na época em que Domingos Alves Branco Muniz Barreto prestava serviços à coroa portuguesa como militar no forte do Morro de São Paulo. É um documento de fácil leitura, pois o autor escreve com clareza. Todo o conteúdo do texto é dotado de um senso de humor indiscutível. Mesmo quando trata de temas sérios da administração, Domingos A. B. Muniz Barreto consegue descrever uma dramédia (drama cômico), fazendo com que a leitura se torne agradável e realmente empolgante. Um desses momentos está no trecho em que descreve o problema que havia nas jornadas de trabalho dos funcionários dos cortes:

*[...] pondo-se aqueles jornaleiros a caminho para as matas na segunda-feira de manhã de cada semana, e chegando tarde aos lugares destinados nesse dia não trabalhavam, e o dia era apontado como vencido. No sábado pela manhã do mesmo modo se retiravam para a Povoação para ouvir a missa de domingo, e também se lhe apontava o vencimento desse dia, como se trabalhassem, vindo deste modo a ser a semana de seis vencimentos, mas unicamente de quatro dias de trabalho. Se no meio da semana, porém havia algum dia santo, ficava então sendo aquela de seis vencimentos, mas unicamente de dois dias de trabalho (MUNIZ BARRETO. 1790: 10).*

Esse trecho é justificado, pois, segundo Domingos A. B. Muniz Barreto, um dos principais responsáveis pelos desperdícios eram funcionários dos cortes de madeira, chegando a denominar aquela repartição como “uma administração acéfala” (MUNIZ BARRETO, 1790:7). Com esses desperdícios, a depleção das matas da comarca era inevitável.

Outro fator que salta aos olhos na leitura do documento é o nível de discussão que Domingos A. B. Muniz Barreto se propõe a fazer, além de suas reflexões sobre temas que incluem até mesmo a respiração das folhas, a pluviosidade e análises barométricas. Domingos preencheu este documento com tabelas e desenhos, que, segundo o autor, poderiam ajudar a futuras revisões nos métodos dos cortes de madeira.

Neste documento, Domingos Alves Branco Muniz Barreto faz um histórico de toda administração dos reais cortes de madeira até aquela data. O autor faz sérias críticas à ineficiência e aos erros cometidos nas incumbências de cada administrador do passado. Domingos A. B. Muniz Barreto deixa claro, logo no começo da memória, que essas irregularidades colocavam a prova uma questão de segurança nacional, que era a construção de “vasos de guerra”: “A Marinha do Brasil que sem dúvida em geral pode



competir com a Marinha Inglesa e entrar no mesmo detalhe político dela, se não de dominar o Oceano, de ter pelo menos, uma grande influência nele [...]” (MUNIZ BARRETO. 1790: 1)

Em um capítulo ele se dedica a indicar as “providências para melhorar os Reais Cortes de Madeira”. Nesta parte do texto o autor faz reflexões sobre as melhorias que deveriam ser tomadas para evitar “a grande destruição de ferro, e fogo com que os agricultores derrubam ricas matas as [reduzindo] a cinzas” (MUNIZ BARRETO. 1790: 8).

Domingos A. B. Muniz Barreto aponta reformas que deveriam ocorrer desde a administração dos cortes de madeira a própria técnica do arroteamento das matas, mostrando, até mesmo, a melhor época do ano, do dia para aproveitar melhor as madeiras, evitaria assim madeiras “brocadas” ou de cerne “lenhoso”. Mas sua visão em relação ao futuro das matas não nos pareceu muito otimista: segundo Domingos “por mais exata que pareça ser a administração dos Cortes, pela Relação Fazenda sempre as matas serão destruídas” (MUNIZ BARRETO. 1790: 7).

#### **4. Considerações finais**

Assim, consideramos que, Baltasar da Silva Lisboa, Manoel Ferreira da Câmara e Domingos Alves Branco Muniz Barreto foram, pelo aqui exposto, homens que uniram a ciência em um propósito político e social; pois, não só foram capazes de compreender aspectos dos problemas que o modo econômico e cultural daquela sociedade estava provocando ao meio ambiente, indo mais além, quando formularam propostas para mudanças. Além disso, eles lutaram por transformações, logo que colocaram os seus posicionamentos diante ao modo de agir daquela sociedade.

Nas memórias aqui selecionadas, há de se perceber que seus autores estavam inquietados com o destino que as políticas portuguesas estavam dando ao Brasil. Entretanto, deixaram claro que as suas propostas eram, de certa forma, conciliadoras. A propósito, não havia ainda nesses memorialistas indícios de uma tentativa de rompimento com Portugal. Eles defendiam o rompimento com os antigos modelos administrativos coloniais, tendo como único objetivo o progresso social e econômico da sua terra natal.

Aqueles autores, inclusive, buscaram ver a utilidade econômica das espécies nativas da Comarca de Ilhéus e incrementar o conhecimento prático sobre elas. Para tanto, eles promoveram a idéia de aclimação de novas espécies, principalmente aquelas valorizadas no comércio internacional. Ainda segundo esses autores, as técnicas e culturas agrícolas já estabelecidas deveriam ser consolidadas através de novos métodos racionais.

Nesta pesquisa, por fim, procurei evitar o anacronismo, apresentando os memorialistas aqui expostos como agentes precursores de um debate que aconteceu no passado, mas que desenrola até os dias atuais. Na tentativa de endossar esse debate, pareceu-me relevante destacar toda a perspectiva teórica para estabelecer a relevância histórica que esses personagens tiveram para o debate das questões nacionais tanto para a época quanto para os dias atuais.

## REFERÊNCIAS

BLAKE, Augustos Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Primeiro Volume. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883

DIAS, Maria Odila da Silva 1968 '**Aspectos da Ilustração no Brasil**', Revista do IHGB, primeiro trimestre: 70-105.

DIAS, Marcelo Henrique. **A capitania de São Jorge dos Ilhéus: economia e administração**. In DIAS & CARRARA (org). Um Lugar na História: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau. Ilhéus. EDITUS. 2007.

\_\_\_\_\_. **A floresta mercantil: exploração madeireira na capitania de Ilhéus no século XVIII**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 30, nº 59, p. 193-214. 2010.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 3.a ed. São Paulo. Hucitec, USP, 2000.

LIMA, Ana Paula dos Santos. **O Discurso Iluminista de Balthazar da Silva Lisboa**. Monografia de Graduação em História. UESC. 2006. Inédito.

\_\_\_\_\_. **Prática científica no Brasil colônia: ilustrado luso-brasileiro a serviço da natureza (1786-1808)**. UEFS/UFBA Programa de pós graduação em História das Ciências. 2008.

NEVES & MIGUEL (org.). **Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia**. Salvador: Arcádia, 2007.

PERREIRA, Rodrigo Osório. **A ciência colonial comarca de Ilhéus: uma análise dos estudos botânicos dos funcionários naturalistas da região (1772-1808)**. Programa de Pós graduação em História. UEFS, 2009.

KURI, Lorelai. **Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810)**. História, ciência e saúde Manguinhos. vol.11. Rio de Janeiro. 2004.

PADUA, José Augusto. **Um sopro de destruição. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. P.73. 2004.

#### **FONTES PRIMÁRIAS**

LISBOA, Baltasar da Silva. “**Memória topográfica e econômica da comarca dos Ilhéus**”. História e memória da Academia Real das Ciências de Lisboa, tomo IX, 1825.

MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. (Atribuído). **Memória sobre os cortes de madeira de construção estabelecidos na Comarca de São Jorge dos Ilhéus, pertencente à Capitania da Bahia**. Biblioteca Nacional. 1790.

SÁ, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e. “**Ensaio de Descrição Física e Econômica da Comarca dos Ilhéus na América**” In: Academia das Ciências de Lisboa, Memórias econômicas, vol. I, Lisboa, 1990 [1789].